

Cidadania, Violência e Manifestações Populares¹

Kalyne Menezes²

Magno Medeiros³

Resumo

Este trabalho discorre sobre as manifestações populares no Brasil em 2013 a partir da perspectiva da participação social como instrumento intrínseco à cidadania. Brevemente, faz-se um recorte sobre o regime militar, que reprimia a participação popular, que constitui parte fundamental da democracia. Para o estudo também são abordadas questões relacionadas a conflitos e violência, enfatizando a tolerância como um caminho possível.

Introdução

Lafer (1997) discorre o percurso dos direitos humanos que, contemplados pelo Direito Positivo, foi sendo alterado do século XVIII até os dias atuais. A partir da revolução francesa houve a fundamentação do princípio das nacionalidades, contudo, com as realidades históricas do primeiro pós-guerra, surgiu em grande escala refugiados e apátridas, fazendo emergir a dissociação entre direitos humanos e direitos dos povos.

A partir dessa experiência, explica Lafer, Hannah Arendt concluiu que cidadania é o direito a ter direitos, é uma igualdade em dignidade construída coletivamente a partir do acesso a um espaço público comum. “Em resumo, é esse acesso ao espaço público – *o direito de pertencer a uma comunidade política* – que permite a construção de um mundo comum através do processo de asserção dos direitos humanos” (LAFER, 1997, p. 57).

Os locais da manifestação desses direitos podem – e devem ser também – os espaços públicos, como as próprias ruas, onde grevistas, população insatisfeita e grupos lutam, em todo o mundo, para fazerem valer seus direitos. É um lugar de expressão da cidadania, onde reivindicações e melhorias sociais são requeridas.

No Brasil sempre houveram espaços de manifestações, mas, como consequência de um regime militar duramente repressivo, a sociedade estava adormecida nas suas

¹ Artigo apresentado para avaliação na disciplina Mídia, Cidadania e Direitos Humanos.

² Mestranda em Comunicação, linha mídia e cidadania, do PPGCOM, Facomb-UFG, 2013.

³ Professor titular da disciplina Mídia, Cidadania e Direitos Humanos.

lutas, anestesiada pelos anos de chumbo. Em 2013 manifestações nas ruas de todo o país surpreenderam os governantes, a própria sociedade e o mundo como um todo. O povo brasileiro “acordou”, lutando por seus direitos e expressando o sentimento de insatisfação geral que há muito tempo estava engolindo calado.

Com os movimentos, que inicialmente lutavam pela melhoria do transporte público e depois se expandiu em uma luta de muitas questões de ordem nacional e de direitos, também foi sentida uma onda de violência e repressão por parte do Estado, que não estava – e talvez nunca estivesse – preparado para lidar com as manifestações populares. Agressões policiais gratuitas geraram o sentimento de revolta dos manifestantes, que como consequência também depredaram patrimônios públicos e privados. A rua, para além de um espaço de direitos, reforçou mais uma vez como um espaço também de violência, mostrando que os conflitos e a tolerância precisam ser melhor trabalhados no país.

Reflexos da ditadura e lutas populares

Coimbra (2000) destaca que o período de 1946 a 1964 “representa em nossa história uma etapa de conflitos que geraram modificações profundas em toda a sociedade brasileira” (COIMBRA, 200, p.2). Getúlio Vargas havia lançado no Brasil o populismo, estimulado pela mobilização das massas, mas em um contexto em que as energias eram “capturadas e capitalizadas” por diferentes poderes. Esse período também foi marcado pela forte desnacionalização, com a entrada do capital estrangeiro.

De 1962 a 1964 notadamente foram palco de um rápido crescimento das lutas populares no país. Coimbra destaca o governo Goulart, que encampou muitas bandeiras levantadas pelos trabalhadores desde o fim do Estado Novo. Houve aceleração da política de reforma de base, a partir de janeiro de 1963, quando o presidente conseguiu por meio de plebiscito derrubar o parlamentarismo imposto pelos militares, voltando a governar pelo sistema presidencialista.

Também nos anos 1960 muitos acontecimentos populares ocorriam no Brasil, como o Cinema Novo, a Revista Civilização Brasileira e a Tropicália. Mais precisamente, a geração de 1968 trouxe, para além das contestações políticas, a marca dos movimentos de contracultura. Nesse período, conta Coimbra que

A oposição ao regime também ganhava força nas ruas, nas fábricas e nas universidades. Desde 1966 a UNE retomou suas atividades, e em março de 1968 a polícia reprimiu uma manifestação de estudantes, matando o secundarista Edson Luiz, no Rio. [...] As lutas operárias também apareciam, e desde 66/67 pequenas paralisações foram realizadas isoladamente. [...] A repressão agia, em 1968, de forma cada vez mais violenta, com o apoio de grupos paramilitares... (COIMBRA, 2000, p 06)

O regime militar consolidava sua forma mais brutal de atuação. Com Médici, vieram os anos de chumbo e a imagem do Brasil era vendida como lugar de progresso, tranquilidade, bem-estar e euforia. A população vivia com as sobras do milagre brasileiro e com a imagem vendida pelo governo de que o Brasil era um “país grande”, alavancado pela modernização, oriundo do consumismo.

Foi produzida uma aceitação quase unânime das regras do sistema: a população passava a aceitar passivamente que compete ao governo a resolução dos problemas; a ela, compete trabalhar e/ou estudar e não se imiscuir em política. [...] Ao lado dessas produções vivia-se no Brasil um dos mais violentos períodos de perseguições, seqüestros, torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. Expandia-se a doutrina do regime militar, baseada na segurança nacional, tendo como centro irradiador a Escola Superior de Guerra, que ajudou no avanço e no desenvolvimento de diferentes órgãos repressivos. (COIMBRA, 2000, p. 08)

Citando Golbery, Coimbra afirma que “a Doutrina de Segurança Nacional fazia uma comparação entre segurança e bem-estar social”. Assim, se a segurança nacional estava ameaçada era justificável o sacrifício do bem-estar social, limitando a liberdade, as garantias constitucionais e os direitos da pessoa humana. Com isso, o regime integrou ainda mais os organismos repressivos já existentes, fortalecendo a luta contra a “subversão”. Segundo dados do autor, entre 1964 a 1979 1.843 pessoas presas denunciaram torturas, mortes e desaparecimentos de opositores políticos. No mesmo período a Justiça Militar denunciou 7.727 pessoas. Por esses dados calcula-se um grande número de presos, já que muitos não foram denunciados e nem prestaram depoimentos nas auditorias militares.

Com o fim da ditadura, mesmo sendo um país democrático, o Brasil ainda guardava (guarda) marcas do regime militar. Coimbra aponta que na década de 1990, apesar das críticas a esse autoritarismo e a superação aos aparatos de repressão, ainda existem estruturas repressoras, sob novas maquiagens, porém utilizando as mesmas estratégias. São os “inimigos internos do regime”, que, segundo Coimbra, são

...aqueles tratados como tais- passam a ser os segmentos mais pauperizados e não mais somente os opositores políticos. São todos aqueles que os "mantenedores da ordem" consideram "suspeitos" e que devem, portanto, ser vigiados e, se necessário, eliminados. Grupos de extermínios - nascidos sob o beneplácito do regime militar e dele fazendo parte - funcionam hoje para estes fins, financiados por comerciantes e empresários, e com auxílio de muitos dispositivos sociais, como a mídia, e têm fortalecido subjetividades que produzem juízes e autores como sujeitos necessários à "limpeza" do corpo social, considerado enfermo. (COIMBRA, 2000, p. 16)

Como diz Cardia (1997), não existe um momento específico em que a população brasileira parou de temer a polícia. "E esse medo fazia parte de nós que tínhamos algum nível de informação durante os anos sessenta e começo dos setenta e contaminava o nosso cotidiano" (CARDIA, 1997, p.2). Havia muita cautela em discutir assuntos em locais públicos e até mesmo expressar opiniões em salas de aula das universidades. As posições políticas e acontecimentos públicos não eram discutidos na sociedade. O medo, afirma Cardia, era um instrumento muito poderoso de controle social, alimentado pela censura e a falta de informação.

Na década de 1980, segundo o autor, a classe média, em algum momento, aparentemente parou de ter medo. Não havia mais a categoria "suspeito e culpado até que prove o contrário". No entanto, nas classes mais baixas, era diferente. O medo ainda estava presente nas favelas de São Paulo e os moradores viviam entre o medo da polícia e o medo dos delinquentes.

Passaram-se vários anos, a transição democrática avançou, mas quanto mudou a interação das pessoas com a polícia? É verdade que alguns setores da sociedade não têm mais medo da polícia, mas mudou o suficiente para se sentirem protegidos por ela? Confia-se na polícia? A resposta para todas essas questões parece ser não, ao menos pelo que se observa nas pesquisas. (CARDIA, 1997, p. 251)

Nos estudos discorridos por Cardia, predomina a má imagem em relação à polícia, fruto do período de ditadura militar e das próprias experiências negativas ou frustrantes passadas pelos entrevistados. O interessante é que a imagem ruim que se tem da segurança, da polícia, é mais fruto da experiência individual ou coletiva do que de imagens produzidas e disseminadas pelos meios de comunicação.

Adorno (1999) expõe que desde o início da década passada parece estar acentuado o sentimento de medo e insegurança da violência e do crime. No Brasil, segundo o autor, esse cenário de medo e insegurança pode ter sido agravado na transição do regime militar para a democracia, como fruto de um controle repressivo da ordem pública.

Desde meados da década de 1960, é cada vez mais acentuada a participação dos órgãos federais na condução das políticas de segurança e justiça estaduais. O policiamento preventivo e ostensivo é militarizado (cf. Pinheiro, 1982), tornando-se freqüentes as inspeções policiais arbitrárias nas ruas [...]. Nas delegacias e distritos policiais, torturas e maus tratos contra presos, suspeitos da prática de crimes, constituíam rotina nas investigações policiais. Além do mais, o período é caracterizado pelo acirramento da “guerra” entre policiais e delinqüentes, na origem da qual surgiram esquadrões da morte, organizações paramilitares, envolvendo policiais e civis, cujos objetivos eram eliminar bandidos comprometidos com tráfico de drogas, contrabando e assalto a bancos como também liquidar testemunhas que pudessem denunciá-los à justiça pública. (ADORNO, 1999, p. XX)

Em pelo menos duas décadas esse processo de militarização da segurança pública produziu diversas consequências institucionais, como a transformação do controle da criminalidade comum em problema de segurança interna, estimulando a confusão entre o controle civil da ordem pública e o controle da segurança nacional (Adorno, 1999).

Além disso, os problemas relacionados à repressão dos crimes comum são cada vez mais problemas inclinados ao patamar das agências policiais, sobretudo as polícias militares. Assim a militarização da segurança é cada vez maior as táticas e estratégias de guerra são utilizadas comumente contra um inimigo comum, mal definido e mal identificado, podendo ser até mesmo um cidadão de bem.

Não sem motivos, ao longo do regime autoritário e mesmo no curso do processo de redemocratização, as polícias militares conquistaram autonomia e poder a ponto de se sentirem legitimadas junto a expressivos segmentos da população quando abatiam cidadãos, suspeitos de haver cometido crimes, sob alegação de resistência à ordem de prisão.

Ainda hoje existe um policiamento ostensivo e a prevenção da ordem pública, que permanecem militarizados. Isso foi facilmente percebido nas manifestações populares no Brasil em 2013, cujos policiais não se mostraram preparados para tais movimentos. Consequência do modelo repressor de sociedade, os conflitos foram notadamente veiculados como protestos violentos, com bombas de gás lacrimogêneo, mortes e agressões gratuitas.

A rua como lugar de direitos

As manifestações populares no Brasil, que começaram em meados de junho, surpreenderam as autoridades nacionais, estaduais e municipais. A partir de um

protesto contra o aumento da passagem dos ônibus, a população incorporou temas até então pouco discutidos ou adormecidos na sociedade. Dentre eles, o combate à corrupção, ao desvio de verba pública, a pressão por mais investimentos de qualidade para saúde e educação, a luta pela descriminalização do aborto, protestos contra projetos de lei que limitam a liberdade individual e os sujeitos jurídicos - como o Estatuto do Nascituro que limita o direito da mulher. O projeto foi enviado pela criticada Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo deputado Marcos Feliciano. A comissão já foi alvo de inúmeros movimentos e manifestações populares por ir de encontro a questões fundamentais da sociedade.

O cenário econômico internacional mostra que os problemas internos não são oriundos dos fatores externos, mas sim internos como o aumento da inflação, o baixo crescimento da economia e a falta de perspectivas de melhora, diminuição do poder aquisitivo em função dos reajustes automáticos dos serviços públicos privatizados (como pedágios e transporte coletivo), além dos serviços prestados aos brasileiros “sem o padrão Fifa” – um dos slogans bastante utilizados nas manifestações.

A população questionava os altos gastos para a Copa de 2014, estádios construídos sem a transparência adequada e necessária. Também foi retomada a questão da impunidade da corrupção no país e propostas que fortalecem essa sensação, como a PEC 37, que limita o poder de investigação do Ministério Público. Os gastos públicos quando questionados pela população, não são explicados com transparência. Não é proposta uma reforma tributária com menos impostos e gastos, com maior retorno econômico e social.

A onda de protestos teve, em grande parte, um viés violento por parte das polícias e, por consequência, parte dos manifestantes enfurecidos também externou a fúria com atos violentos, como a depredação do patrimônio público e a agressão revidada.

Um fator importante nas manifestações brasileiras em 2013 é o que Lozada (2005) descreve como novos espaços de reivindicação de direitos, espaços influenciados pelo sujeito global. Assim, um movimento de reivindicação de melhorias no transporte público, que começou com estudantes pelas redes sociais, especialmente o Facebook, ganha proporção não imaginada.

Não só estudantes de todo o país, mas operários, empresários, desempregados, donas de casa e diversos profissionais liberais, de todas as idades e classes sociais, vão às ruas para protestarem por um país melhor. Lozada fala de um novo debate de cidadania, uma cidadania diferente, caracterizada pela ruptura da coesão social, política e jurídica e notadamente marcada pela visibilidade e pela própria recuperação de identidades. Afinal, quem é o Brasil? Somos nós, o povo brasileiro, que invadiu as ruas para protestar, simultaneamente, em diversas capitais, pelas péssimas infraestruturas do país.

Esses movimentos e a conversão de seus integrantes em atores políticos, acentuados pelo processo de globalização, têm questionado profundamente os modelos de democracia formal em nossos países e têm possibilitado novas demandas de reivindicações, de espaços de participação social e política, de defesa de diferenças étnicas, culturais, religiosas, sexuais entre outras. (LOZADA, 2005, p. 38)

Para Valla (1998), o Estado moderno é um prestador de serviços, não somente um garantidor das situações conquistadas pelos particulares. Por isso, a cobrança de impostos e taxas é necessária para prestar os serviços, que devem ser da melhor qualidade possível. Valla aponta que os gastos da verba pública devem ser aplicados no consumo coletivo e na infraestrutura industrial.

Quando se fala em consumo coletivo, refere-se geralmente, mas não apenas, aos serviços básicos fornecidos pelo Estado e necessários para a reprodução da força de trabalho da população: saúde, educação, saneamento básico, transporte público etc. Como exemplo, basta citar o transporte público. A velocidade, o conforto e o preço do transporte público em qualquer cidade grande do mundo determinam, em grande parte, a qualidade da reposição de energias dispendidas pelos trabalhadores durante um dia de trabalho (Valla, 1997a). Mas, por outro lado, o desenvolvimento de uma economia capitalista, dependente, requer pesados investimentos, feitos com o mesmo dinheiro que o Estado arrecada para atender ao consumo coletivo da população. Assim, como há uma infra-estrutura de que a população necessita para se refazer de um dia para o outro, há também uma infra-estrutura necessária para as indústrias poderem funcionar: rodovias, ferrovias, barragens, usinas etc. (VALLA 1998, p?)

Com o mesmo dinheiro público tendo dois sentidos, nos países de economias periféricas como o Brasil lobbies capitalistas, nacionais e internacionais, pressionam os governantes a investirem em obras de infraestrutura industrial, conforme os interesses da pequena parcela abastada da população. Esses investimentos prejudicam tanto a

qualidade como a quantidade dos serviços do consumo coletivo, “afetando dessa forma, de maneira dramática, a qualidade de vida de grandes parcelas das classes populares (Valla et al., 1993)”.

Segundo Valla, praticamente todos os investimentos públicos para o consumo coletivo são necessários. O questionamento, no entanto, refere-se ao montante dos recursos que são destinados à infraestrutura industrial, que é questionável, pois não existem indicações de que as inovações tenham possibilitado uma maior participação da população ou que apontasse para uma melhoria no padrão de vida da maioria dos brasileiros.

A proposta da integração dos grupos ‘marginalizados’ parte do princípio de que a maioria da população, em razão da sua pobreza, encontra-se ‘fora’ da sociedade. É como se a dificuldade de acesso aos produtos e serviços básicos fosse uma decorrência da ignorância e passividade dessas populações ‘marginais’, ou para utilizar um termo mais atualizado, os excluídos, isto é, aqueles que estão ‘fora’, por sua própria culpa, precisando ser animados, incentivados, esclarecidos, para poderem participar dos benefícios do progresso econômico e cultural. [...] A inoperância, a ausência ou a irresponsabilidade das instituições sociais (que resultam em acidentes de trabalho, doenças infectocontagiosas e fracasso escolar, entre outras ocorrências) acabam sendo justificadas pelo local de moradia, o baixo salário, o nível de escolaridade. (VALLA, 1998, p. 09-10)

O Brasil acompanha o quadro histórico da América Latina, onde a defesa dos pobres raramente foi uma política governamental. Valla aponta que existe uma dificuldade latente dos governos latino-americanos utilizarem os impostos de modo a melhorar significativamente as atividades sociais, como educação e saúde. Com isso surgem as pressões da população sobre os governantes em relação ao destino dos recursos públicos. A baixíssima qualidade de vida de boa parte dos brasileiros justifica em partes, segundo Valla, a noção do Estado provedor. Assim, nada mais justo do que a exigência da devolução desses impostos à sociedade na forma de serviços públicos de qualidade.

Propor que o poder público ofereça menos do que isso é propor que as condições mínimas de vida não sejam garantidas para toda a população. Mas é possível também questionar se a maneira de o Estado oferecer os seus serviços ao público é sempre benéfica ao mesmo. A medicalização do fracasso escolar é um exemplo que ilustra bem este ponto (Collares & Moysés, 1985; Moysés et al., 1986; Valla & Hollanda, 1989). (VALLA 1998 p. 10)

No caso brasileiro, que diferentemente de outros países conta com recursos suficientes para garantir serviços de qualidade para sua população, não há uma disposição em gastar tais recursos suficientemente na direção das políticas públicas (Fernandes, 1994, apud Valla 1998). Dessa maneira, milhares de pessoas são sacrificadas, o que reabre a discussão sobre os problemas sociais não serem apenas questões do Estado, indicando que não existe uma confiabilidade na aplicação dos recursos públicos. Já não se pode confiar apenas no governo para solucionar os problemas sociais.

O aparente impasse entre os movimentos populares e as autoridades pode servir como uma oportunidade de reflexão sobre o próprio termo participação popular. Na atual conjuntura, é como se não houvesse o que negociar, pois, para a maioria dos governantes, decide-se o orçamento segundo linhas alheias ao dia-a-dia do brasileiro comum: dívidas externa e interna, manutenção de inflação baixa e juros altos. Os Conselhos Municipais de Saúde, com poucas exceções, estão incluídos nesta avaliação. [...] Se, na perspectiva popular, a política e os políticos merecem pouca confiança, não seria surpreendente constatar que grandes parcelas das classes populares não acreditam em mudanças através do caminho parlamentar ou através de negociação com as autoridades. (VALLA, 1998, p. 17)

Assim, há um crescente interesse da própria sociedade civil em fortalecer-se, acreditando na experiência de conseguir ser mais flexível, disponível e aberta às pessoas comuns, à vida cotidiana, do que o Estado (Wolfe, 1991, apud Valla). Assim surgem as manifestações populares, que vão às ruas para protestar por uma sociedade que aplique melhor os seus próprios recursos.

Conflitos e tolerância

Os conflitos e manifestações populares, em geral, são marcados por uma onda generalizada de violência que também é enfatizada pela mídia. Coimbra (2000) enfatiza que

...as formas como a mídia produz o real, verdades, fantasias, dentre outras questões, também atravessam os temas sobre a violência atual, quando estão sendo marcados e identificados, por esses mesmos meios de comunicação, os suspeitos, os discrimináveis, os perigosos, os infames. (COIMBRA, 2000, p. 17)

Essa representação não fugiu dos movimentos populares em 2013, onde, em um primeiro momento, a mídia se colocou do lado dos grupos de poder e reproduziu os protestos como se fosse uma ameaça à ordem, movimentos constituídos apenas por baderneiros. A mídia tem exercido um papel importante como produtores da imagem do crime, do criminoso e dos locais perigosos. Ela aprofunda as imagens já existentes, como a ideia de que a marginalidade e a criminalidade vem das classes mais pobres e de movimentos já conhecidos (estudantil, operário etc). A criminalidade, assim como a violência, é socialmente construída por meio de processos de comunicação social e de “mecanismos seletivos das reações sociais e oficiais” (BARATTA, 1993, apud COIMBRA, 2000). Dessa forma, as notícias veiculadas nos veículos de comunicação produzem, reproduzem e fortalecem rótulos já existentes.

A violência tem caráter instrumental e, no mundo contemporâneo, o seu alcance viu-se multiplicado pela técnica. De acordo com Hannah Arendt, a violência *ex parte populi*, no campo da política, é uma resposta à hipocrisia dos governantes que converte governados *engagés* em *enragés*. Tal resposta pode representar uma resistência à opressão. Não gera, no entanto, poder. Este sempre resulta do agir conjunto, que se baseia no direito de associação e requer a comunicação entre as pessoas no espaço público e, portanto, o direito à informação como adiante se verá. Por isso, poder não se confunde com força e violência e estas, quando deixam de ser reação e se convertem em estratégia, são destrutivas da faculdade do agir e, conseqüentemente, impeditivas do poder que gera e vivifica uma comunidade política. (LAFER 1997, p 61)

Em contrapartida à violência, Oliveira (2010) chama atenção para a questão da paz e da tolerância. Segundo argumenta, a paz não é apenas uma ausência de conflitos, mas sim um processo positivo, dinâmico e participativo que promove diálogo e solução de conflitos. “É um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados no respeito pleno à vida e na promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, propiciando o fomento da paz entre as pessoas, os grupos e as nações (Declaração sobre uma Cultura de Paz, ONU, 1999, ARTIGOS 1 e 2, apud OLIVEIRA 2010)”.

A paz mostra seu poder de transformação de estruturas a partir do dialogo e da tolerância. No entanto, afirma Oliveira, não estamos preparados para esta paz. O que conhecemos é a paz pela força.

A cultura de violência está presente na sociedade desde os tempos mais remotos onde aconteceram inúmeras guerras, sobre os mais variados pretextos inclusive

guerras religiosas como as guerras dentro do cristianismo onde durante muito tempo se matou em nome de Deus. E nos tempos atuais ainda ocorrem várias guerras de toda ordem, seja nos campos de batalha, seja nas cidades, nas periferias, em muitos lugares parece haver uma fonte inesgotável de violência. (OLIVEIRA, 2010)

O autor ainda enfatiza que é preciso compreender as diferenças para a construção da tolerância, para assim desenvolver uma união entre os povos e as múltiplas diferenças existentes entre as sociedades. A compreensão das diferenças, diz Oliveira, “implica em estar aberto a novas idéias, receptivo a novas visões de outras pessoas mesmo que sejam idéias e visões diferentes, e ainda assim, ser capaz de desenvolver a condição de fazê-las com as suas”. Essa é a importância do significado da tolerância. Fischman caminha neste mesmo sentido chamando a atenção para a aprovação, pela Conferência Geral da Unesco, da Declaração Mundial de Princípios sobre a Tolerância, em 16 de novembro de 1995. O primeiro artigo da declaração diz que

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e de justiça. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz. (FISCHMANN 2001, p. 70)

A declaração, como explica a autora, discorre sobre o papel do Estado, da educação, da sociedade e dos meios de comunicação, numa perspectiva do pleno respeito aos direitos universais e às liberdades fundamentais de todos, como base da construção da paz. A educação para a tolerância deve ajudar os jovens a desenvolverem suas capacidades de refletirem criticamente, de raciocinarem em termos éticos e contrariar as influências que levam ao medo e à exclusão dos outros (artigo 4 da Declaração). O sentido de educar para a tolerância e também de praticá-la, aponta a autora, está em conhecer o outro, os que vivem de maneira diferente da que vivemos, como disse Oliveira (2010). Além disso, falar de tolerância é também falar do intolerável; da violação dos direitos, injustiça, as diversas formas de violência, a desigualdade e outros.

A tolerância é compreendida pela Declaração como um princípio e uma virtude capaz de tornar a paz possível e também contribuir para a substituição de uma cultura de guerra para uma cultura de paz. Assim, respeita a diversidade de valores existentes e traz a mensagem de trabalharmos nós mesmos, por meio da cooperação dos meios de comunicação, da escola e da ação responsável do Estado.

A tolerância é um esforço para a não violência, que é contruída como justificativa para os fins que almeja. Em alguns estudos sobre violência Hannah Arendt afirma que a violência, em todas suas manifestações, é colocada como uma justificativa. No entanto, a vitória de princípios, valores e da própria paz que são colocadas numa guerra, por exemplo, não constitui essência de coisa alguma (Fischman, 2001). Já a paz, diferente da violência, não precisa de nenhuma justificativa, pois não pergunta qual é o seu fim.

Como Hannah Arendt discorre em seus estudos, o público é simultaneamente o *comum* e o *visível*. Dessa forma, é importante a transparência do público por meio do direito à informação, ligado à democracia, como forma de vida e de governo. Isso gera uma cidadania capaz de avaliar o que se passa na própria sociedade para que assim possa participar dela mais efetivamente.

Da mesma maneira, Lafer enfatiza que sem o direito à informação não se pode garantir a sobrevivência de uma verdade factual, da política, abrindo espaço para mentiras e segredos que corrompem o espaço público. “A transparência do público através de uma informação honesta e precisa é, portanto, condição para o juízo e a ação numa autêntica comunidade política” (p63). Assim, Hannah argumenta que o direito à informação é uma condição essencial para um espaço público e democrático.

Considerações

As manifestações populares no Brasil em 2013 mostraram que o espaço público como um local de discussão e avanço ainda é considerado para se fazer ouvir os direitos da população. Em uma das poucas e marcantes vezes em que a população se reuniu após da ditadura militar, o país percebeu o clima geral de insatisfação e que a voz do povo traduzia um sentimento de todas as gerações.

A liberdade de expressão e de reunião é um direito fundamental e podem ser praticados com o respeito ao patrimônio público. Da mesma maneira, as polícias e agentes de força não têm o direito de lançar mão de bombas, gás lacrimogêneo e outros

instrumentos de força em manifestações inicialmente pacíficas, no intuito de inibir as manifestações populares e limitar o exercício desses direitos. Um ponto positivo desse novo passo é que o país mostrou que está pronto para reivindicar melhorias e fazer valer a sua voz. Também percebemos a falta de preparo da força policial para lidar com movimentos inicialmente de paz e de luta por direitos.

Outro fator relevante das manifestações foi a postura dos governantes dos estados, que abaixaram os preços do transporte público, propuseram melhorias e reforçaram a atitude de investir mais nos municípios e de forma mais transparente a nível nacional, uma grande conquista foi a proposta de reforma política e mais aplicação de recursos públicos na saúde e na educação. A rua, como espaço de lutas, mostrou que sim, é possível mudar o país. E que vejamos a curto, médio e longo prazo os resultados dessas ações – ou iremos protestar.

Referências

CARDIA, N. *O medo da polícia e as graves violações dos direitos humanos*. Tempo social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 9 (1): 249-265, maio de 1997.

ADORNO, S. *Insegurança versus direitos humanos: entre a lei e a ordem*. Tempo social; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 11 (2): 129-153, out. 1999 (editado em fev. 2000).

COIMBRA, C. M. B. *Doutrinas de Segurança Nacional: banalizando a violência*. Psicologia em Estudo, DPI/CCH/UEM, v. 5, n. 2, p.1-22. 2000.

FISCHMANN, R. *Educação, direitos humanos, tolerância e paz*. Paidéia, 2001, 11(20), 67-77.

LAFER, C. *A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt*. Estudos avançados 11 (30), 1997.

LOZADA, M. *Práticas cidadãs – representação e resignificação em tempos de globalização*. In: OLIVEIRA, D. C; CAMPOS, P. H. F. *Representações Sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.35-49.

VALLA, V. V. *Sobre participação popular: uma questão de perspectiva*. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 14 (Sup. 2): 7-18, 1998.

<http://www.artigonal.com/psicoterapia-artigos/a-forte-presenca-da-cultura-de-violencia-motivada-pela-ausencia-de-uma-cultura-de-paz-3214029.html>

